

SUMÁRIO

DEGASE-RJ
Agente Socioeducativo

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de texto	1
Uso formal e informal da língua.....	6
Norma culta	11
Uso da língua e adequação ao contexto	14
Elementos da comunicação. Funções da linguagem	16
Coerência e coesão textual	18
Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Ambiguidade ...	23
Valor semântico e emprego dos conectivos	30
Vocabulário: uso próprio e figurado da linguagem	36
A estrutura da frase; ordem direta e indireta do discurso frasal	36
Ortografia. O Acordo Ortográfico.....	43
Acentuação.....	52
Pontuação	54
Ortoepia e prosódia	59
Estrutura e formação de palavras	60
Classes gramaticais. Flexão das palavras. Flexão verbal: verbos regulares, irregulares, defectivos e anômalos; vozes verbais, locuções verbais e tempos compostos.....	68
Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos). Funções sintáticas	84
Posição do pronome átono.....	89
Regência nominal e verbal	91
Crase	94
Concordância nominal e verbal	95
Questões	98
Gabarito.....	111

RACIOCÍNIO LÓGICO

Conjuntos e suas operações	1
Números naturais, inteiros, racionais e reais e suas operações. Representação na retaPotenciação e radiciação	7

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Geometria plana: distâncias e ângulos, polígonos, circunferência, perímetro e área. Semelhança e relações métricas no triângulo retângulo	26
Medidas de comprimento área, volume, massa e tempo.....	38
Álgebra básica: expressões algébricas	43
equações, sistemas e problemas do primeiro e do segundo grau	47
Noção de função, função composta e inversa	56
Sequências, reconhecimento de padrões, progressões aritmética e geométrica	63
Proporcionalidade direta e inversa	68
Juros.....	71
Problemas de contagem e noção de probabilidade	73
Lógica: proposições, negação, conectivos, implicação.....	80
Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância	87
Problemas de lógica e raciocínio.....	89
Questões	93
Gabarito.....	101

CONHECIMENTOS GERAIS

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (atualizado) – Lei Federal nº 8069/90 ...	1
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE – Resolução CONANDA nº 119/2006	68
Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. CONANDA/2006.....	68
Constituição Federal (capítulo Servidor Público; art. 5º, 37, 227)	70
Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro – Lei nº 2479/79 e suas atualizações.....	78
Decreto-Lei 220/75 (Estatuto) e suas atualizações Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças	126
Decreto nº 99710 de 22/11/1990	142
Declaração Universal dos Direitos Humanos – Resolução 217 a (III) Assembléia Geral das Nações Unidas – 10/12/1948	157
Declaração Universal dos Direitos das Crianças – 20/11/1959 – UNICEF – ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990.....	161
Noções de Administração Pública – Constituição Federal (artigos 37 a 42).....	163
Questões	172
Gabarito.....	179

SUMÁRIO

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

As políticas públicas e o Estado.....	1
Os Direitos Humanos	2
A globalização do crime e violência.....	4
Jovem e violência no Brasil.....	6
A educação como um processo de mudança.....	7
Trabalho, educação, cultura e participação: juventude e sociedade.....	8
Os aspectos sociais, psicológicos e biológicos da adolescência e da puberdade.....	9
Socialização e grupos sociais: interação e desenvolvimento	11
Crenças, valores, símbolos e normas	13
Desigualdades de classe, de gênero e de etnia; Discriminação e preconceito. Inclusão e exclusão	15
Pobreza e desigualdade social.....	23
Questões	31
Gabarito.....	39

SUMÁRIO



COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (VERBAIS E NÃO-VERBAIS)

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

– **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

– **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

– **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.



Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

\in : pertence

\notin : não pertence

\subset : está contido

$\not\subset$: não está contido

\supset : contém

$\not\supset$: não contém

$/$: tal que

\implies : implica que

\Leftrightarrow : se, e somente se

\exists : existe

\nexists : não existe

\forall : para todo(ou qualquer que seja)

\emptyset : conjunto vazio

N: conjunto dos números naturais

Z: conjunto dos números inteiros

Q: conjunto dos números racionais

I: conjunto dos números irracionais

R: conjunto dos números reais

Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto

$$S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$$

- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$$

Enumerando esses elementos temos

$$B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$$



LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.



Conhecimentos Específicos

As políticas públicas de proteção social e a rede socioassistencial de proteção social são aspectos fundamentais de qualquer sociedade que visa garantir o bem-estar e a segurança de seus cidadãos, especialmente aqueles em situações de vulnerabilidade. Estas políticas e redes constituem um sistema compreensivo de serviços, programas e iniciativas destinados a proporcionar apoio e assistência a indivíduos e famílias que enfrentam desafios socioeconômicos, como pobreza, desemprego, doença, deficiência e exclusão social.

As políticas públicas de proteção social têm como objetivo principal criar um sistema de segurança social que ofereça suporte em momentos de necessidade, como na infância, velhice, em caso de doença ou desemprego, e em situações de emergência ou catástrofes. Essas políticas são implementadas por meio de uma variedade de programas, incluindo, mas não se limitando a, assistência financeira, como pensões e benefícios de desemprego; serviços de saúde e educação; e programas de habitação e alimentação.

Por sua vez, a rede socioassistencial de proteção social refere-se ao conjunto de serviços e instâncias, tanto governamentais quanto não governamentais, que trabalham para implementar essas políticas e garantir que a assistência chegue efetivamente àqueles que dela necessitam. Esta rede inclui uma variedade de organizações, como centros de assistência social, ONGs, instituições de caridade, e programas comunitários, que trabalham em diferentes níveis – local, regional e nacional – para fornecer serviços essenciais e apoio.

Um componente chave dessa rede é o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em alguns países, como o Brasil, que organiza a assistência social em dois níveis: proteção social básica e proteção social especial. A proteção social básica destina-se à prevenção de riscos e vulnerabilidades por meio de programas que promovem a integração e a participação social. A proteção social especial, por outro lado, é focada em pessoas e famílias que se encontram em situações de risco ou violação de direitos, oferecendo um suporte mais intensivo.

Essas políticas e redes são vitais para a redução da desigualdade e para a promoção da inclusão social, garantindo que todos os membros da sociedade tenham acesso a um mínimo de qualidade de vida e proteção contra os riscos da vida. Além disso, elas desempenham um papel crucial no combate à pobreza, na promoção da equidade de gênero, na proteção dos direitos das crianças e dos idosos, e no apoio a pessoas com deficiência.

Para serem efetivas, as políticas públicas de proteção social e a rede socioassistencial precisam ser bem coordenadas, adequadas às necessidades específicas das comunidades que servem, e suficientemente financiadas. Além disso, é essencial que haja um compromisso contínuo por parte dos governos e da sociedade para avaliar e adaptar essas políticas e redes, assegurando que elas sejam responsivas e eficientes em um mundo em constante mudança.

Confira algumas algumas das principais políticas existentes e como elas operam dentro do contexto de proteção social.

– **Sistemas de seguridade social:** a base das políticas de proteção social em muitos países é o sistema de seguridade social. Este sistema inclui geralmente três componentes principais: previdência social, que oferece aposentadorias e pensões; assistência à saúde, garantindo acesso a serviços de saúde; e assistência social, voltada para pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade.

– **Programas de transferência de renda:** muitos países implementaram programas de transferência de renda, como o Bolsa Família no Brasil, que fornecem pagamentos mensais a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Esses programas frequentemente são condicionais, exigindo que as famílias mantenham as crianças na escola ou frequentem programas de saúde preventiva.

– **Sistemas de saúde pública:** um pilar central da proteção social é o acesso à saúde. Muitos países têm sistemas de saúde pública que oferecem serviços de saúde gratuitos ou a baixo custo. O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, por exemplo, é um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, oferecendo uma gama abrangente de serviços de saúde para toda a população.